



COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

COMISSÃO EXECUTIVA - Av. Afonso Pena, 1420 - 3º andar - CEP: 30.130-005

Belo Horizonte - Minas Gerais - *email: colpres@tjmg.gov.br*

Telefone: (0**31) 3237-6509 / 3237-6420 – Fax: (0**31) 3237.6811 / 3237.6276

Ata da Reunião do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil.

Aos 25 e 26 dias do mês de junho do ano de mil e novecentos e noventa e nove, na Cidade de Campo Grande, Capital do Estado de Mato Grosso do Sul, reuniu-se o Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil. A sessão solene de abertura, realizada no plenário do Tribunal de Justiça local, às 20 horas do dia 25, contou com presença dos Excelentíssimos Senhores Dr. Wilson Barbosa Martins, Governador do Estado, Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Des. Nildo de Carvalho, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Deputado Gerson Domingos, representando o Poder Legislativo e Procurador Geral de Justiça adjunto, Dr. Fadel Tajher Yunes, o Dr. Sérgio Fernandes Martins, representando o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, O Bel. Valter Ribeiro, representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Mato Grosso do Sul, os Desembargadores do Tribunal de Justiça, os Presidentes de Tribunais de Justiça de vinte e um Estados e do Distrito Federal e de outras autoridades. Usaram da palavra o Des. Nildo de Carvalho, expressando as boas vindas aos visitantes, o Des. José Fernandes Filho, em nome do Colégio e o Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, que ressaltou a importância do Colégio para o Judiciário brasileiro e sua permanente atuação em defesa da instituição da Justiça. Durante a reunião de trabalho, justificadas as ausências dos Presidentes dos Tribunais dos Estados do Maranhão, Pernambuco e Piauí, dos Ministros Carlos Márcio, Cid Scartezini e Milton Oliveira, prestou-se uma homenagem ao Desembargador Odir José Pinto Porto, recentemente falecido, o idealizador do Colégio e membro de sua primeira Comissão Executiva. O Des. José Fernandes Filho apresentou o relatório das atividades do Colégio, desde a sua fundação, e manifestou a sua intenção de deixar a Comissão Executiva e sua Presidência. O Des. Tiago Ribas Filho ressaltou o trabalho do Des. José Fernandes e defendeu a sua permanência, seguido do Des. Caio Alencar e do Des. Nildo de Carvalho, tendo-se decidido, à unanimidade, que o Des. José Fernandes permanece na Presidência da Comissão Executiva. Retomando a palavra o Des. José Fernandes discorreu sobre as conseqüências da Reforma Administrativa em relação ao Poder Judiciário, anunciando que o Tribunal de Justiça das Minas Gerais constitui uma Comissão para estudar o assunto e o próprio Estado formou uma Comissão, com representantes dos três poderes, tendo distribuído um trabalho sobre o assunto. Anunciou que o Supremo Tribunal Federal, ainda que instalado pelos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, não fixou administrativamente os subsídios que servirão de teto à remuneração dos servidores públicos previstos na Reforma recém promulgada. Debateu-se exaustivamente sobre os vencimentos da magistratura, ficando definido que, afora os Estados do Acre, Espírito Santo, Ceará e Alagoas, que já enviaram projetos de lei ao Poder Legislativo, aguardariam os demais a definição do teto em lei, como previsto na Emenda Constitucional nº 19. Criou-se uma Comissão, digo: Comissão constituída pelos Desembargadores José Fernandes, Tiago Ribas e Dirceu de Melo, para elaborar um projeto padrão a ser possivelmente adotado pelos Tribunais disciplinado as novas regras de remuneração dos magistrados. O Des. José Fernandes fez um relato sobre a Reforma da Previdência, ressaltando a queda do redutor e um possível retorno da matéria à apreciação pelo



COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

COMISSÃO EXECUTIVA - Av. Afonso Pena, 1420 - 3º andar - CEP: 30.130-005

Belo Horizonte - Minas Gerais - *email: colpres@tjmg.gov.br*

Telefone: (0**31) 3237-6509 / 3237-6420 – Fax: (0**31) 3237.6811 / 3237.6276

Senado, e referindo-se ao ofício do Ministro d Previdência ao Presidente do T.J.E. e a nota oficial que S.Exa., o Ministro Ilmar Galvão fez publicar na imprensa. O Des. Dirceu de Mello reiterou a solicitação de remessa dos Regimentos de Custas, a fim de que possa elaborar, em breve, o seu relato e a sua proposta sobre a uniformização pelos Estados. Quando à Reforma do Poder Judiciário, o Presidente da Comissão Executiva anunciou que o Ministro Freitas Neto das Reformas Institucionais lhe comunicara a prioridade para a P.E.C. no exercício vindouro e que ouvirá atentamente o Colégio Permanente de Presidentes. Ficaram designados os locais dos futuros Encontros do Colégio: em agosto, no Rio de Janeiro; em setembro, na Cidade de Belém; no mês de outubro, em Maceió; em novembro, na Paraíba na Cidade de Campina Grande e, no mês de dezembro, em Palmas, e, finalmente, em Santa Catarina, possivelmente em julho. O Des. Gilberto Pinheiro ressaltou a atuação do Des. Neuzimar Pinheiro, do Amazonas, que deixa a Presidência do seu Tribunal no dia 03 de julho próximo. Nada mais havendo, lavrei a presente ata que vai devidamente assinada. Eu, Robério Nunes dos Anjos, Secretário ad hoc.

Seguem assinaturas.